

TÍTULO: A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL E A INFORMALIDADE NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA).

AUTOR: CARDIN, ERIC; e-mail: eric@uniamerica.br.

PERTENENCIA INSTITUCIONAL: Aluno do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP e Professor na UNIAMERICA.

Genericamente podemos afirmar que o mundo do trabalho vem sofrendo grandes transformações ao longo das duas últimas décadas, derivadas, principalmente, dos reajustes necessários para a manutenção dos padrões de acumulação de capital. Dentro desta perspectiva, observamos que as medidas tomadas no sentido de reorganizar o capitalismo correspondem a um complexo sistema de políticas que abrangem o neoliberalismo, a globalização, o fortalecimento do capital fictício e a tão comentada reestruturação produtiva. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que as relações desses elementos com o mundo vivido não ocorrem de maneira semelhante em todos os rincões do planeta, pois em cada local existem outros aspectos que podem tanto colaborar quanto resistir àquelas forças citadas.

No caso específico da Tríplice Fronteira, onde existe o encontro de três municípios de diferentes países latino americanos (Foz do Iguazu/BR, Ciudad Del Este/PY e Puerto Iguazu/AR), as características socioeconômicas regionais não ofereceram muitos obstáculos aos interesses do capital, muito pelo contrário. A problemática formação populacional, alimentada pelos ciclos econômicos temporários que marcaram a história do oeste paranaense, como o da exploração dos recursos naturais ou aquele motivado pela construção da usina de Itaipu Binacional, não ofereceu condições para um desenvolvimento local sustentável e perene, mas sim para uma intensa exploração.

Precisamente no final da década de 1980, a população da região observava o fim da construção da hidrelétrica e, conseqüentemente, o aumento do número de trabalhadores desempregados, fruto tanto das demissões em massa promovidas pela usina quanto da diminuição da circulação de dinheiro nas cidades lindeiras ao Lago de Itaipu. Parte daqueles trabalhadores desocupados, que englobava muitos barrageiros, retornou as suas cidades de origem ou foram para lugares onde estavam ocorrendo as

construções de novas barragens, enquanto que outros, por motivos diversos, permaneceram nos locais onde já haviam estabelecido residência fixa (CATTA, 2002). No entanto, esses últimos encontraram muitas dificuldades no reingresso ao mercado de trabalho, pois, como se não bastasse a crise local, o Brasil também passava por um turbulento período político e econômico.

A decepcionante experiência do primeiro governo civil depois da ditadura militar forneceu condições concretas para o fortalecimento do discurso modernizante de Fernando Collor. Garantindo uma moralização da política brasileira e a abertura do mercado nacional para os investidores estrangeiros, o então candidato a presidência da república obteve aliados em todas as classes sociais. Com a sua vitória, o neoliberalismo começa rapidamente a ampliar o seu campo de influência no país e os resultados disso não demoraram a serem sentidos. Como podemos observar, nesse mesmo período inicia-se tanto um processo de privatização das estatais quanto um movimento de reestruturação das empresas brasileiras, que precisavam se adequar ao mercado internacional (OLIVEIRA,1992).

Com isso, podemos constatar que, durante a década de 1990, o número de desempregados começa a crescer de forma assustadora em todo país, principalmente devido à recessão econômica, a falta de circulação de dinheiro e as mutações promovidas no parque produtivo brasileiro, que por ser considerado obsoleto foi obrigado a buscar novas tecnologias. Neste contexto, precisamos iluminar alguns pontos que necessitam ser observados com mais cuidado. Primeiramente, temos que destacar a relação existente entre o desenvolvimento dos processos produtivos e o desemprego. Em um segundo momento, analisar as estratégias lançadas tanto pelos trabalhadores quanto pelas personificações do capital no intuito de garantir a manutenção do sistema sociometabólico. Por fim, buscar compreender como esses elementos estão relacionados com a formação dos modos de viver dos trabalhadores.

1 – Desenvolvimento dos Processos Produtivos e Desemprego.

Antes de qualquer coisa, gostaríamos de ressaltar que a confirmação da relação entre essas duas variáveis não deve despertar nenhum sentimento saudosista. Precisamente ao estudamos os métodos de organização da produção no decorrer da

história do capitalismo estaremos constatando paulatinamente uma radicalização dos processos de alienação e de estranhamento do trabalho. Por outro lado, não podemos deixar de considerar também que a automação possibilitada pela maquinaria eliminou uma grande quantidade de serviços extremamente repetitivos que não possibilitavam em nenhum aspecto o desenvolvimento do próprio homem.

Embora seja o objetivo específico deste tópico analisar as diversas fases dos processos produtivos, não depositaremos muita atenção aos primeiros métodos organizativos do capitalismo. No entanto, é preciso enfatizar que todas as transformações ocorridas nesses métodos foram alimentadas pela necessidade constante de manutenção dos padrões de acumulação de capital. A passagem das cooperativas para as manufaturas, por exemplo, foi promovida pelo interesse no aumento da produção e da padronização das mercadorias, que foi atingido basicamente através da promoção da especialização dos trabalhadores (MARX, 1985).

O auge do desenvolvimento dos processos produtivos, sem sombra de dúvidas, está na automação possibilitada pela maquinaria. Porém, essa não ocorreu simultaneamente em todos os ramos industriais. No período em que Karl Marx escreveu, as indústrias têxteis eram as que estavam tecnologicamente mais avançadas e por isso eram constantes as referências às mesmas nas suas obras. Os outros ramos da indústria obtiveram um desenvolvimento mais tardio. Todavia, foram as indústrias de metal-mecânica as que mais tempo demoraram a atingir os padrões de automação que já existiam nas têxteis e de fluxo contínuo.

Um dos resultados disso foi os vários modelos organizacionais do trabalho que foram empregados no piso das fábricas de metal-mecânica durante o decorrer do século XX. Como essas indústrias ainda eram essencialmente dependentes do trabalho vivo a maioria das tentativas de aumento da produção buscavam intervir diretamente na organização da mão-de-obra. Como veremos mais adiante, isso possibilitou que os capitalistas obtivessem um controle cada vez mais sistemático e eficaz de seus próprios trabalhadores, fato que teve conseqüências na vida cotidiana da população. Além disso, também não podemos deixar de sinalizar que esses acontecimentos instigaram um grande volume de pesquisas e publicações principalmente durante as últimas duas décadas do século passado.

O taylorismo, por exemplo, foi super valorizado por Benjamin Coriat, que o considerou um marco decisivo para o capitalismo ao resolver o problema da “resistência operária ao trabalho assalariado” (Coriat, 1985, pág. 84). Resumidamente, podemos observar o taylorismo como um “método de racionalizar a produção, logo de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho economizando tempo, suprimindo gastos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalho pela classe dominante” (Rago, 1996, pág. 10).

Através do discurso técnico o taylorismo normatizava a dominação. Individualizando cada atividade da produção, dividindo esta entre as práticas mais simples, cronometrando cada movimento em busca da postura e da ação ideal e tornando todas as operações efetivadas fáceis de serem realizadas e apreendidas, o taylorismo não agia nas ferramentas ou na maquinaria, mas sim na força de trabalho que ainda movia as indústrias de metal-mecânica. Neste contexto, podemos considerar que “o taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda da sua subjetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, centrada na reconstrução das lógicas operativas” (Dias, 1998, pág. 47).

Dentro da concepção de Bendito de Moraes Neto, o fordismo foi a socialização das técnicas desenvolvidas por Taylor através do emprego da esteira na linha de montagem dos automóveis. No entanto, ele observa que embora este empreendimento consiga controlar o ritmo de trabalho, submetendo o trabalho vivo ao trabalho morto, as ferramentas utilizadas na confecção da mercadoria ainda não são autônomas como em um verdadeiro sistema de máquinas, pois elas encontram-se alocadas nas mãos de cada trabalhador, que possui desta forma, quer queira ou não, as condições adequadas para controlar a qualidade da produção.

Sendo assim, os operários dentro desse regime de trabalho ainda atuam na produção como ocorria no período manufatureiro, porém a utilização da esteira, que leva a mercadoria que está sendo confeccionada na mão de cada trabalhador, soluciona o antigo problema do transporte que existia na época em que a manufatura era

predominante. Neste contexto, Moraes Neto concluí que “a linha de montagem, é um desenvolvimento da manufatura, e não da maquinaria”, pois ela “leva ao limite as possibilidades de aumento da produtividade pela via da manufatura, do trabalho parcelar” (Moraes Neto, 1986, pág. 33), extraindo ao máximo a mais-valia absoluta.

Todavia, pensamos que o mérito do fordismo vá além do que foi discutido até agora ao envolver relações políticas, econômicas e sociais principalmente após a segunda guerra mundial. Necessariamente, as preocupações de Henry Ford não se encontravam no caráter humanitário ou espiritual dos sujeitos, mas sim na sua eficiência física e psíquica, pois estas determinariam a estabilidade e a qualidade da produção. Neste sentido, ele elabora mecanismos de acompanhamento de seus funcionários que serão importantes nas formações não somente de seus trabalhadores, mas também da população em geral logo após a segunda grande guerra.

A criação dos departamentos sociológicos, que possuíam a função objetiva de fiscalizar a vida privada dos trabalhadores, é um exemplo disso. A intenção de Henry Ford era utilizar estes inspetores para evitar que os operários gastassem seus pagamentos com jogos, mulheres e drogas, pois o abuso do álcool e das funções sexuais era considerado por Ford ‘o inimigo mais perigoso das energias nervosas’. Contudo, ele não desconsiderava a importância estratégica que a reprodução tinha na manutenção das famílias, do mercado de trabalho e da sociedade de um modo geral. Dentro desta perspectiva, o controle da sexualidade recebia uma atenção especial durante o desenvolvimento dos processos produtivos, principalmente no período de maior vigor do fordismo.

Entre outras coisas, Henry Ford acreditava que a reprodução ao fornecer um número maior de mão-de-obra para as famílias e para as indústrias possibilitava um processo de aprendizado dos ofícios de modo natural e contínuo, dispensando desta forma investimentos em capacitação de uma população não urbana. Paralelamente à questão da reprodução, que também envolvia a formação de um mercado consumidor, encontramos uma das principais características do fordismo, que é a produção em grande escala visando a diminuição dos preços das mercadorias para, conseqüentemente, aumentar o volume de vendas das mesmas (GRAMSCI, 1968).

Acompanhando esse ponto está um dos fenômenos mais conhecido e popular proporcionado por Henry Ford, ou seja, os altos salários pagos para os funcionários que possuíam uma postura considerada exemplar pela direção da fábrica. Os objetivos desta política eram vários, sendo que entre estes podemos destacar: 1) a garantia de uma maior dedicação dos trabalhadores; 2) o aumento do número de pessoas dispostas a ingressarem nas linhas de montagem da empresa; e 3) a possibilidade de fazer com que os seus próprios funcionários sejam potencialmente consumidores das mercadorias produzidas por eles mesmos.

Como bem vislumbrava Antonio Gramsci (1968), o fordismo atingiu seu auge apenas depois da segunda grande guerra, mais especificamente no momento em que o Estado norte americano assimilou as suas práticas e o utilizou no auxílio do fortalecimento do americanismo. Dentro de uma espécie de divisão do trabalho no processo civilizatório, as instituições governamentais ficaram responsáveis pelo fornecimento de uma rede de assistência social básica, enquanto que as empresas tiveram a tarefa de ampliar o número de empregos, aumentando a produção e, conseqüentemente, o consumo de mercadorias padronizadas pela fabricação em série. Além disso, acentuando o processo de especialização e de alienação do trabalho o fordismo contribuiu também com a indústria cultural no exercício de massificação da população.

Entretanto, esse modelo de produção entra em crise de superacumulação no final da década de 1960, onde coincide a existência de capital e trabalho ociosos sem nenhum modo aparente de união desses fatores para a realização de tarefas socialmente úteis (HARVEY, 1996). Como conseqüência disso, inicia-se um processo de reorganização dos processos produtivos no intuito de recuperar as taxas de acumulação de capital, sendo que as modificações produzidas estavam espalhadas em todos os pontos da economia e não somente na fabricação de bens materiais. Neste sentido, a abertura econômica dos países em desenvolvimento foi fundamental tanto para a circulação de capital quanto para a redistribuição geográfica das indústrias, que começaram a buscar as melhores condições de rentabilidade.

A intensificação da terceirização e da pulverização das linhas de montagem não somente possibilitaram a diminuição das despesas com mão-de-obra, mas também

contribuíram com o desmanche de uma identidade de classe historicamente construída ao longo do período em que o fordismo estava em ascensão. Como se não bastasse, a revolução microeletrônica implementada na década de 1970 proporcionou a substituição de milhares de trabalhadores especializados por alguns poucos mais adaptados e preparados para trabalharem com as novas tecnologias utilizadas no piso das grandes indústrias. A soma destes fatores promoveu mudanças na formação dos trabalhadores, colocou em dúvida os objetivos dos movimentos sindicais e, de modo estratégico, atribuiu aos próprios indivíduos a responsabilidade pelo novo contexto.

O imenso exército de trabalhadores que foi descartado do setor produtivo possibilitou um rearranjo do mercado de trabalho, onde muitas peças foram substituídas, aquelas pessoas que tiveram mais dificuldade em acompanhar as novas exigências do mercado, por exemplo, perderam o espaço que antes possuíam. Sendo assim, o avanço da informalidade nas últimas duas décadas representa de modo significativo os metabolismos do mercado de trabalho. Como um colchão de proteção para inúmeras pessoas que não conseguiram ocupações mais estáveis nessa nova conjuntura, serviços, que muitas vezes podem ser considerados como extremamente precários, adquiriram importância tanto por possibilitarem a sobrevivência de muitas famílias quanto por contribuírem na formação da sociabilidade de um conjunto de indivíduos.

2 – As Lutas de Classe e o Sistema Sociometabólico do Capital.

Neste contexto, é importante observamos as formas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores no intuito de superar as dificuldades que são encontradas na vida cotidiana. Aquela massa de desempregados constituída com o fim da construção da usina de Itaipu e aquela outra oriunda das transformações do mundo do trabalho derivadas das mutações nos processos de produção buscou outras estratégias de sobrevivência. Neste trabalho em específico nos interessa as ocupações relacionadas com o contrabando na fronteira Brasil e Paraguai, estando elas em qualquer ponto da circulação das mercadorias. Em outros termos, nos interessa analisar as formas de organização de sacoleiros, laranjas e camelôs.

Embora pareça, as relações de contrabando naquela fronteira não são recentes. Todavia, tanto a maneira que essas relações são efetivadas quanto as mercadorias que

são contrabandeadas mudaram muito no decorrer das três décadas passadas. Nos últimos anos a Polícia Federal vem observado uma gradativa substituição nos tipos de mercadorias contrabandeadas, os brinquedos, por exemplo, vêm sucessivamente perdendo espaço para os eletro-eletrônicos. Por outro lado, os trabalhadores que se encontravam mergulhados naquela aventura também não ficaram passivos as modificações e começaram a se organizar em uma aguda hierarquia. Os milhares de “laranjas” que transformam diariamente a paisagem da fronteira deixaram de ser comparados com pequenas formigas devido unicamente ao tipo de trabalho que exercem, mas também por serem minúsculos perto do tamanho do problema.

As alterações no *modus operandi* dos sacoleiros ocorrem paulatinamente acompanhando o crescimento do volume de informações adquiridas pelos trabalhadores sobre as suas próprias práticas. Cada experiência vivida pelos indivíduos acrescenta alguma nova resposta a uma situação diferente e com o passar do tempo, com um conjunto de experiências acumuladas, os trabalhadores possuem um complexo sistema que permite a eles explorarem cada vez mais os trabalhos realizados. Em outras palavras, o que queremos dizer é que as mudanças ocorridas na organização dos sacoleiros são frutos quase que exclusivos da somatória das experiências e trajetórias de vida possibilitadas durante as próprias práticas sociais efetivadas pelos sujeitos históricos.

Estima-se que apenas em Foz do Iguazu haja aproximadamente 40 mil pessoas vivendo direta ou indiretamente do “ciclo da muamba”, sendo que entre estas encontramos laranjas, vendedores ambulantes, motoboys, catadores de papel e latinhas e outros tantos brasileiros que atuam no comércio paraguaio sem nenhum direito trabalhista. A esta volumosa população acrescenta-se uma outra quantidade de trabalhadores oriundos do próprio Paraguai que labutam tanto nas lojas e barracas de Ciudad Del Este quanto no transporte das mercadorias adquiridas pelos sacoleiros. Entretanto, estas atividades conseguem ser menos precárias do que a realizada pelos ‘miseretos’, que buscam a sobrevivência recolhendo o lixo nas ruas e calçadas do município paraguaio.

A organização de todos estes trabalhadores depende muito da categoria no qual eles se enquadram. A organização dos mototaxistas iguaçuenses, por exemplo, não está

plenamente estabelecida, pois eles ainda não possuem nenhum tipo de sindicato ou associação. Embora o serviço seja regulamentado e controlado pelo departamento de trânsito municipal, a maioria dos motoqueiros ocupados com essa atividade atua de forma clandestina. Por outro lado, os sacoleiros, laranjas e vendedores ambulantes estão minimamente organizados na Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu, a AVAAFI. No entanto, esta vem perdendo sua força ao longo dos últimos dez anos, basta observarmos que em meados da década de 1990 a associação possuía mais de mil quinhentos filiados e hoje o número de pessoas ativas dentro da mesma não chega a cem.

Existem inúmeras variáveis que contribuíram com a decadência dessa associação. A primeira delas e talvez a mais relevante para essa pesquisa refere-se às transformações que ocorreram no perfil dos compristas ao longo da última década. Durante o período de maior movimento de sacoleiros da Tríplice Fronteira, ou seja, na primeira metade da década de 1990, a organização dos trabalhadores não era verticalizada como nos dias atuais, existindo desta maneira uma maior identidade entre os mesmos. Com o processo de hierarquização dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma complexa rede de comercialização nos últimos anos, a relação entre cada membro deste negócio tornou-se mais restrita, limitando conseqüentemente o papel que a associação poderia desempenhar.

Uma segunda variável que possivelmente interferiu naquele processo está relacionado a constituição de uma suposta ‘vanguarda’ na executiva da associação, que ao longo do período de existência da mesma vem mantendo-se sucessivamente no poder, estabelecendo, inclusive, alianças com partidos políticos que inevitavelmente interferiram na combatividade que o coletivo dos trabalhadores poderia possuir. Neste sentido, podemos observar que as propostas elaboradas pela AVAAFI para solucionar o problema do contrabando na fronteira não representam concretamente um modelo alternativo para atual situação, mas apenas uma inserção diferenciada dos sacoleiros na logística do capital.

Somando-se aos dois pontos anteriores não podemos deixar de observar todas as investidas dos capitalistas em direção as organizações autônomas dos trabalhadores nos últimos anos em quase todo mundo. Com os objetivos de primeiramente garantir a

manutenção da acumulação de capital ao desestimular qualquer tipo de manifestação que possa atrapalhar o ritmo de produção e, posteriormente, de enfraquecer a classe trabalhadora ao retirar da mesma sua própria identidade, impossibilitando desta forma a construção de projetos societários alternativos, o sistema sociometabólico do capital vem promovendo tanto as reformas sindicais e trabalhistas quanto a super valorização da individualidade.

Entretanto, as relações de sociabilidade entre os trabalhadores da fronteira não se limitam a essa instância, muito pelo contrário, e, do mesmo modo, as ações desenvolvidas pelo sistema sociometabólico do capital com o intuito de intervir nessa questão também não se restringem a criar obstáculos a AVAAFI. O Estado, que para muitas pessoas não desempenha um papel satisfatório no controle do contrabando, promove ações muito importantes na configuração da situação na fronteira. Essas transitam entre a maneira que o mesmo vem se posicionando diante das transformações da economia e da política mundial e chega pontualmente na postura adotada pelo Polícia Federal nos postos de fiscalização na fronteira.

O governo brasileiro, que não garante os direitos mínimos à população brasileira e que assume uma postura de favorecimento do capital internacional, ao controlar o fluxo de mercadorias contrabandeadas do Paraguai atua energicamente no mercado ao proteger determinados campos da indústria nacional da concorrência ‘desleal’ que seria promovida pela invasão dos produtos importados. A postura diferenciada adotada pela fiscalização nas diferentes épocas do ano comprova isso. Nos períodos próximos ao natal e ao dia das crianças a Receita Federal enrijece sua postura tentando “fechar a torneira” do contrabando com operações sistemáticas envolvendo inúmeras blitz nas rodovias, hotéis, pousadas e galpões, e, em contraposição, durante o restante do ano prevalece uma fiscalização frouxa onde apenas 1% das pessoas e veículos que cruzam a fronteira são averiguadas.

No final do ano de 2004 e começo de 2005, a Polícia Federal começou a adotar uma nova política de combate ao contrabando, que possui o objetivo não de inibir o pequeno comprador, mas as grandes redes de contrabandistas. Para tanto, as atenções não ficaram concentradas apenas na Ponte da Amizade, mas sim no desmanche da logística adotada por aquelas. Neste sentido, a Polícia Federal vem promovendo nos

últimos meses várias ações conjuntas com a Polícia Rodoviária no intuito de apreender os ônibus que são utilizados no negócio. Contudo, podemos observar, como meio de resistência, que novas mudanças no modo de atuação dos sacoleiros estão em curso, pois esses começaram a privilegiar novamente o carregamento das mercadorias nos ônibus intermunicipais regulares ao invés daqueles que até bem recentemente eram fretados.

Um outro aspecto possível de ser observado é o aumento da utilização de outros meios para contrabandear as mercadorias vendidas no Paraguai. Um dos nossos entrevistados, ao explicitar o funcionamento da atividade que exerce, nos apresenta de modo bastante claro outras características da organização desenvolvida pelos contrabandistas.

“Vou direto para uma favela nas proximidades do Rio Paraná onde tem, como se fosse um cais, uma espécie de porto para o ataque das embarcações que vem do Paraguai com contrabando (...). A mercadoria que atravessa é posta no porta-mala de um carro de preferência de luxo para não levantar suspeita. Tempra, Vectra, Maréa, são carros alienados que servem para rodar no máximo um ano e meio, até dar busca e apreensão, são pagos nestes carros nestas situações cerca de três mil, quatro mil. A mercadoria depois vai para um hotel nas redondezas e aí outras pessoas entram em ação levando até o destino, São Paulo, Rio de Janeiro”.

Esta movimentação narrada necessita de peças bem entrosadas, pois tal trabalho “envolve até uma certa ética, para que não tenha desavenças que prejudiquem a organização. Um traz o carro para trabalhar, outro faz a segurança com rádio amador, tudo certo”, afirma o entrevistado. Quando questionado sobre as constantes notícias da imprensa que apontam para a existência de uma máfia do contrabando ele concorda acreditando em “uma que envolva até mesmo a polícia como se fosse ironia do destino”. Curiosamente, ele espanta-se com a existência de uma suposta máfia composta por policiais, mas não associa sua atividade a uma categoria semelhante.

Inevitavelmente, esse turbulento contexto apresentado possui sua influência na formação dos modos de viver da população que necessita de tais atividades para sobreviver. A trajetória de cada sujeito soma-se ao mundo vivenciado pelos mesmos refletindo imediatamente nas suas práticas sociais e, conseqüentemente, na maneira que essa população atribui significado para o mundo que o cerca. Dentro desta perspectiva, buscaremos apresentar minimamente onde essa discussão está alicerçada e paralelamente tentaremos amarrar as observações realizadas no universo composto pelos trabalhadores da fronteira.

3 – O mundo do trabalho e os modos de viver.

Logo após a Revolução Russa os diversos pensadores e militantes que estavam participando efetivamente do acontecimento tiveram que elaborar reflexões referentes a formação de um novo homem, oposto daquele existente até então. Leon Trotski (1974), por exemplo, reconhecia que as diferentes trajetórias de vida forneciam várias personalidades que necessitavam ser homogêneas culturalmente pelo Partido Comunista, pois os modos de viver dos proletários russos refletiam basicamente sua origem social junto à pequena burguesia e aos camponeses. Além disso, ele observava que era na vida diária, durante o dia-a-dia, que se percebia melhor até que ponto o indivíduo era o produto e não o criador de suas próprias condições de vida (Trotsky, 1974, pág. 178).

A conjuntura existente na Rússia fornecia inúmeras barreiras que precisavam ser rompidas pelos bolcheviques e mencheviques no começo do século XX. Neste sentido, a primeira medida adotada com este objetivo visava conquistar a confiança dos trabalhadores que não participaram do processo revolucionário através do desenvolvimento de um método de qualificação técnica que se enquadrasse dentro do novo modelo econômico. Dentro deste método previa-se a publicação de manuais e a construção de escolas especializadas. Entretanto, Trotsky tinha consciência que a vida não podia ser racionalizada unicamente através de exercícios da razão, era fundamental, que para tanto, se racionalizasse a produção, pois segundo ele a vida cotidiana se baseava na economia (Trotsky, 1974, pág. 183).

Em outros termos, o autor reconhecia que qualquer tentativa de transformação dos modos de viver da população necessariamente precisava estar vinculada com mudanças promovidas na organização do trabalho, não sendo suficiente desta forma investimentos exclusivos na educação e na cultura. Por outro lado, a experiência soviética concretamente comprovou que ambas as coisas precisavam andar juntas. Com a diminuição da carga de trabalho para 8 horas diárias, as pessoas começaram a ter um pouco mais de tempo para dedicarem à elas próprias. Com isso, a procura de entretenimento no tempo vago tornou-se um problema, fazendo com que os governantes incentivassem o desenvolvimento do cinema, que segundo Trotski, teria potencial para substituir as igrejas e as tabernas.

No interior de toda esta discussão encontra-se o debate referente a essencialidade da categoria trabalho na formação do homem como um ser social. Leon Trotski explicita isso ao afirmar que os esforços para a construção de novos modos de viver, diferentes daqueles que existiam antes da revolução, necessariamente precisavam estar direcionados à economia, pois é ela, constituída pelas relações de produção, que determina as práticas sociais. Contudo, esse debate que Trotski retomou não era novo dentro do pensamento marxista. Anteriormente, tanto Engels (1990) quanto o próprio Marx (1985) abordaram a questão, sendo que o primeiro estava mais preocupado com a importância da categoria trabalho na evolução da espécie humana e o segundo no processo teleológico propriamente dito, estabelecendo a distinção definitiva entre as ações humanas e aquelas realizadas pelos restantes dos animais.

Extremamente influenciado pela teoria darwinista, Frederico Engels (1990), por exemplo, acreditava que o trabalho teria sido fundamental na evolução do macaco em homem. Na sua opinião, o momento decisivo em tal acontecimento ocorreria durante o abandono gradativo da utilização das mãos nas realizações das caminhadas. Isso envolveu não apenas a mudança da postura dos primatas, mas também o aperfeiçoamento dos membros dos corpos. Com isso, o autor ambicionava nos demonstrar que as mãos e o restante de nossa anatomia não eram apenas elementos desenvolvidos para o trabalho, mas, antes de tudo, resultados deste. Neste contexto, Engels afirmava que o trabalho era a primeira condição fundamental de toda a vida

humana, até o ponto, que dentro de um certo sentido, nós deveríamos acreditar que os homens necessariamente são frutos do trabalho (Engels, 1990, pág. 49).

A necessidade concreta em resolver os problemas impostos pelo meio ambiente permitiu o aperfeiçoamento dos dedos, dos músculos, dos ossos e dos tendões, o que possibilitou a realização sucessiva de novas operações. No entanto, as mãos não trabalhavam sozinhas e o seu desenvolvimento resultou em benefícios para todos os demais movimentos e sentidos. Somando-se a isso, o paulatino domínio da natureza foi acompanhado pelas primeiras experiências coletivas, contribuindo no surgimento da linguagem. A partir disso, Engels observou que os animais utilizam a natureza exterior e introduzem mudanças na mesma pura e simplesmente através de suas presenças, enquanto que os homens utilizando suas características particulares fazem a mesma servir aos seus fins, dominando-a. Segundo o autor, isso determinaria a suprema e a essencial diferença entre os homens e os demais animais irracionais (Engels, 1990, pág. 63).

Embora Frederico Engels tenha constatado que a diferença básica entre os animais e os homens encontra-se no modo específico em que ambos atuam na natureza, ele não possuiu a preocupação de explicar ou de explicitar naquele artigo como a especificidade dos homens é transmitida às gerações futuras. Esse processo, dentro de tal contexto, acaba recebendo interpretações biológicas e não histórico-culturais. Apesar disso, a abordagem que ele desenvolveu, mesmo inicialmente com limites, recebeu novos contornos com os trabalhos de Marx e posteriormente de Lukács que estudaram mais e de forma mais aprofundada às características teleológicas da atividade humana.

Neste sentido, podemos observar que Karl Marx também acreditava que o sujeito que atua e transforma a realidade externa através do trabalho também se automodifica durante a ação exercida, desenvolvendo tanto potencialidades que se encontravam adormecidas quanto novas capacidades. Com isso, os elementos presentes na natureza acabam sendo utilizados, dominados e transformados tanto em matérias-primas quanto em instrumentos de produção. Segundo ele, “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu

corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimido-lhes forma útil à vida humana” (Marx, 1985, pág. 202).

Assim, o aspecto teleológico do trabalho humano começa a se manifestar dentro da obra de Marx. As constantes experiências e práticas sociais realizadas pelos homens permitem o enriquecimento das suas próprias capacidades mentais e simbólicas, culminando na possibilidade concreta dos homens fazerem escolhas e projeções. Por isso, quando Karl Marx afirma que “no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”, ele está levando em consideração aquele aspecto do mesmo, pois este “não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (Marx, 1985, pág. 202).

O húngaro Georg Lukács fortalece esta argumentação quando afirma que “a essência do trabalho consiste precisamente em ir além” da “fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente” (Lukács, 1978, pág. 04). Desta forma, a prática que estabelece a ruptura entre os animais racionais e irracionais não se encontra exatamente na fabricação dos produtos, mas pelo papel que a consciência, como atividade teleológica, tem nesta atitude. O estoque de conhecimento que compõe a consciência e que permite a elaboração de projetos mentais a serem resolvidos é constituído gradativamente em resposta as necessidades concretas, mas não dentro de uma relação imediata. Segundo o autor,

“o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que o provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de

responder é o elemento ontológico primário nesse complexo dinâmico” (Lukács, 1978, pág. 05).

Contudo, a acentuação do processo de divisão manufatureira do trabalho rompe com esta ontologia de ordem primária. A partir daquela o homem começa a produzir um objeto que foi idealizado por uma outra pessoa, trabalhar utilizando ferramentas que já não são suas e, por fim, elaborar uma mercadoria que não é para o seu próprio uso. Sujeito e objeto são radicalmente separados, o trabalhador deixa de participar de maneira consciente do processo de produção e, com o passar do tempo, vai perdendo o domínio da confecção de determinado produto. O homem, que já não consegue produzir o todo, deseja o mesmo e as relações de desigualdade entre as pessoas acabam sendo escondidas pela “névoa” correspondente às relações entre as coisas. “O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias” (Dias, 1998, pág. 45).

Embora as relações de produção consigam esconder os antagonismos e contradições existentes no seu interior, mesmo com o advento da maquinaria, o trabalho continua reservando para si o mesmo papel “civilizatório”. Antonio Gramsci (1968) afirma que

“a história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão e precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo” (Gramsci, 1968, pág. 393).

O sentido dessa ‘luta contra a animalidade’ corresponde a um processo constante de domesticação dos homens a novas situações, a uma normatização de padrões comportamentais externos que Gramsci (1968) nos demonstrou ao estudar o fordismo.

Dentro deste contexto, ao analisarmos a recente reorganização da econômica mundial não podemos nos limitar às mutações da esfera produtiva. Esta atingiu de forma eficaz a organização e a consciência dos trabalhadores, sejam eles produtivos ou não, estejam eles no interior das fábricas ou nas barracas que vendem mercadorias contrabandeadas nas calçadas de todo o país. Como observa Antunes (2002), o fortalecimento da classe operaria durante a década de 1960 tornou-se um empecilho para a manutenção do fordismo e das taxas de acumulação, fazendo com que a retomada do crescimento econômico virasse refém da readaptação da população às necessidades do sistema sociometabólico. Sendo assim, as novas tecnologias implementadas na produção não somente possibilitaram o aumento da produção, mas também a reincorporação do trabalho vivo ao trabalho morto através do discurso ideológico que defende os interesses das empresas.

Entretanto, sabemos que a minoria da população economicamente ativa está atuando dentro de firmas regularizadas. Neste contexto, se a “revolução passiva” pretende ser eficaz ela deve necessariamente atuar em todos os setores da econômica, inclusive no informal. Dentro desta perspectiva, a manutenção da alienação dentro do novo modelo de produção faz parte das estratégias de expansão do capital, pois “a gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes” (Dias, 1998, pág. 47). A mudança tecnológica e organizacional atinge diretamente a formação dos modos de viver dos trabalhadores. Por um lado, observamos a flexibilização e a qualificação estratégica cobrando um novo posicionamento ético e profissional, por um outro o desemprego, a precarização e o discurso do empreendedorismo incentivando as ocupações e a criatividade ao invés do estabelecimento de uma análise crítica do capitalismo contemporâneo.

Em outros termos, de forma semelhante ao papel que o fordismo teve após a segunda grande guerra, a reestruturação produtiva também pode ser considerada como uma política de contratendência, ou seja, como uma Revolução Passiva. Segundo

Gramsci, este tipo de acontecimento surge naqueles “países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política do tipo radical-jacobino”. Contudo, ela ocorre mais “pela intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, na estruturação econômica do país” (Gramsci *apud* Dias, 1999, pág. 30).

Neste contexto, podemos considerar que as Reformas Sindical e Trabalhista que estão em curso no Brasil possuem o objetivo de facilitar a formação de um novo trabalhador e, conseqüentemente, de um novo homem, pois ambas visam antes de qualquer coisa possibilitar a máxima flexibilização das relações trabalhistas, a diminuição dos tributos a serem pagos pelos empregadores e a destruição definitiva do trabalhador classista. A acumulação flexiva necessita de uma nova organização dos operários e de uma nova cultura, que abranja práticas sociais que não sejam antagônicas aos interesses do capital, ou seja, que se diferenciem da personalidade histórica construída durante as décadas de 1960 e 1970 pelos movimentos sindicais.

Segundo Druck,

“os estudos mais recentes indicam que a flexibilização – elemento chave da reestruturação produtiva – tem ocasionado um processo de precarização do trabalhador (insegurança, piores condições de saúde e riscos, alta competitividade entre pares, desmotivação), de precarização do emprego (instabilidade, falta de vínculo, subcontratação, temporários) e do crescimento galopante da informalidade do mercado de trabalho, onde as condições de sobrevivência são perversas, animadas pela máxima de “cada um por si” ou de “todos contra todos”, que exigem uma adaptabilidade, flexibilidade e criatividade extremas, reunidas sob o rótulo da empregabilidade” (Druck, 2001, pág. 82/82).

Especificamente, o objetivo da autora é explicitar que o eixo do atual mundo do trabalho é eliminação da estabilidade e dos vínculos empregatícios, deteriorando o

coletivo e engrandecendo a individualidade. “Daí a valorização dos traços de personalidade e de caráter de cada um, onde a qualificação maior está na capacidade de enfrentar desafios e incertezas e não mais no conhecimento do ofício e na sociedade do trabalho” (Druck, 2001, pág. 88). Neste contexto, acreditar que o trabalho não possui um caráter ontológico na contemporaneidade é aceitar que o atual momento societário, com todos os seus problemas sociais, é originário de patologias do sistema que podem ser medicalizadas e curadas sem nenhuma intervenção mais direta na ordem de funcionamento do modelo econômico.

O homem atual é um reflexo do mundo do trabalho vivenciado por ele mesmo. Neste contexto, podemos afirmar que o objetivo do sistema sociometabólico do capital é “produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital, mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros” (Dias, 1998, pág. 50). No setor informal isso reflete na concorrência entre os pares e na forma que o mundo é vivenciado e interpretado. Neste “espírito”, quando questionado sobre a localidade onde expõe e vende suas mercadorias, um de nossos entrevistados responde que o “ponto não foi indicado, mas sim tomado, porque quando um sai outro toma, outro chega, ninguém é dono”.

A sociabilidade criada pelo conjunto de relações extremamente flexíveis que marcam o cotidiano da fronteira é limitada à conquista dos interesses individuais. O “esquema” do contrabando, que precisa de um conjunto silencioso de normas, visa unicamente o bom funcionamento das atividades desenvolvidas, nem que para isso exista uma constante cobrança e vigilância mútua, pois todos sabem que a falha ou o problema promovido por apenas um trabalhador pode atrapalhar toda a cadeia do negócio. Neste sentido, um outro entrevistado, que atua no contrabando por via fluvial, afirma que é preciso tomar muito cuidado com todas as ações realizadas, caso contrário ele pode pagar com a própria vida.

Dentro desta mesma perspectiva, podemos observar também a preocupação existente em cada grupo de sacoleiros com a conduta do outro. Existe uma cobrança implícita, que pode tornar-se declarada, em relação às práticas ‘seguras’ que devem ser

adotadas por todas as pessoas que estão envolvidas no meio. Um grupo que assume uma postura que pode prejudicar o negócio logo acaba ficando mal visto pelo restante dos trabalhadores. Em experiências de observação em loco notamos inúmeras vezes atritos entre grupos de sacoleiros derivados muitas vezes da falta de respeito às normas do transporte de bagagem determinada pelas empresas de ônibus intermunicipais regularizadas e pela não observação de horários de encontro e de saída dos comboios de ônibus fretados.

Embora ainda exista muita coisa a ser observada e analisada nos modos de viver dos trabalhadores da fronteira e nas suas relações, essa primeira aproximação do universo já nos permitiu observar algumas características e conseqüências típicas do momento social que estamos vivenciando. A concorrência selvagem marca os limites entre uma possível existência de uma unidade da categoria e o culto do individualismo. O discurso do comportamento independente e do trabalhar por conta própria aparece alimentando cada vez mais os sonhos de muitos sujeitos que trabalham na fronteira, mas, por um outro lado, a completa descrença e falta de esperança nas instituições possibilita a existência de um campo de valores em disputa, marcado tanto por incertezas e inseguranças quanto por dificuldades concretas no reconhecimento do outro.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**, 6^o edição. São Paulo: Boitempo, 2002.

CATTA, Luiz Eduardo. **O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CORIAT, Benjamin. **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. In: **Revista Outubro**, n° 01. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998. Pp 45 – 52.

_____. **A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital – Reestruturação Produtiva e Passivização.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

DRUCK, Graça. Qualificação, Empregabilidade e Competência: Mitos Versus Realidade. In: GOMES, Álvaro (org.). **O Trabalho no Século XXI.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2001. Pp. 81-90.

ENGELS, Frederico. **Dialéctica de la Naturaleza.** Madrid: Ediciones Vanguarda Obrera, 1990.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** São Paulo: Loyola, 1996.

LUKÁCS, George. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas,** Vol. 04. São Paulo: LECH, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Difel, 1985.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista de Administração de Empresas,** FGV, São Paulo, vol. 26, n.º 04, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **Collor, a Falsificação da Ira.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

TROTSKI, Leon. **Problemas de la Vida Cotidiana.** Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1974.